



PODER

Relator não fecha porta a Bolsonaro

Deputado Paulinho da Força, escolhido pelo presidente da Câmara para elaborar o texto sobre anistia aos golpistas, deixa dúvidas se o ex-chefe do Executivo, condenado pelo STF, será beneficiado. Oposição se divide sobre expectativa em relação ao parlamentar

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

Sem anistia

Em nota divulgada na quarta-feira, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, relator da trama golpista, disse que "não cabe indulto pelo presidente, não cabe anistia pelo Congresso, nem perdão judicial pelo Poder Judiciário em crimes contra o Estado Democrático de Direito".

Escolhido como relator do projeto de anistia aos golpistas do 8 de Janeiro, o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP) não deixou claro se o texto que pretende apresentar na Câmara beneficiará o ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos de prisão por atentar contra a democracia. O parlamentar afirmou que vai ouvir ministros do

Supremo Tribunal Federal (STF), todas as bancadas e governadores para a construção do seu relatório. "Eu não sei se o meu texto vai agradar a todos, ou vai salvar o Bolsonaro, digamos assim. É isso que nós vamos tentar construir, conversando com todos e tentando ver a possibilidade de ter uma maioria", destacou a jornalista.

A escolha de Paulinho da Força não agradou plenamente à oposição, porque o parlamentar tem histórico de apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e é próximo de ministros do STF. Ele chamou publicamente o ministro Alexandre de Moraes, do STF, relator da trama golpista, de "guardião da democracia". O deputado também já se manifestou contra a anistia aos extremistas.

Em conversa com o **Correio**, o deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO) afirmou que a indicação do deputado para a relatoria da anistia "frustrou a direita" e retirou o entusiasmo obtido após a vitória na aprovação da urgência em plenário, na quarta-feira. Ele ainda levantou dúvidas sobre a imparcialidade do relatório a ser apresentado, por causa da amizade do deputado com Moraes.

"Se nós formos pensar na amizade, está totalmente desfavorável para nós, porque o próprio ministro Alexandre de Moraes se mostra totalmente contrário à direita. Essa relação muito próxima nos deixa agora de joelhos", frisou.

O líder do PL, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), pediu que parlamentares da sigla não critiquem o relator. Nas redes sociais, ele elogiou a indicação. Classificou Paulinho da Força de "um ferrenho crítico do governo do descontentado", em referência a Lula. "Tenho plena confiança que, a partir de agora, vamos começar os diálogos e fazer justiça e anistiar os presos injustamente. Bom trabalho! Conte comigo", escreveu no X.

O partido que Paulinho

comanda fez coligação com o PT nas eleições de 2022, mas o laço político não durou muito tempo e, após um ano no governo, a sigla cortou vínculos com o Planalto, depois de considerar que havia ficado "de escanteio" na distribuição de cargos. Com a "separação", Paulinho passou a criticar a gestão Lula, chamada por dele de "enganação".

Ao anunciar a escolha, nas redes sociais, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), ressaltou ter certeza de Paulinho da Força "conduzirá as discussões do tema com o equilíbrio necessário".

Na esquerda, o deputado Zeca Dirceu (PT-PR) curtiu uma publicação de Paulinho, no Instagram, logo após o anúncio de Motta confirmando-o para a relatoria da anistia.

O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, minimizou as críticas de parte da direita à escolha de Paulinho da Força.

Em entrevista ao **Correio**, ele classificou o parlamentar como um político "equilibrado" e disse acreditar que o texto a ser apresentado refletirá a posição majoritária da oposição.

"Eu gostei da indicação. O Paulinho sempre se mostrou muito equilibrado, principalmente ultimamente. Ele vai fazer o que a maioria decidir, tenho certeza disso", sustentou Valdemar.

O dirigente partidário defendeu que a anistia seja ampla e não se limite a reduções de pena. "Isso não é anistia. Nós temos que liberar esse pessoal para ir embora para casa. Sempre foi assim no passado. O próprio Lula, quando presidente, concedeu anistia a muita gente. Agora teremos que trabalhar muito para alcançar o mesmo", afirmou. Segundo Valdemar, Bolsonaro acompanha o tema de perto e demonstra preocupação com os apoiadores presos.

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



A escolha de Paulinho da Força não agradou plenamente à oposição, porque o parlamentar tem proximidade com ministros do STF



Eu não sei se o meu texto vai agradar a todos, ou vai salvar o Bolsonaro, digamos assim. É isso que nós vamos tentar construir, conversando com todos e tentando ver a possibilidade de ter uma maioria"

Paulinho da Força (Solidariedade-SP), deputado

TSE inaugura Jardim da Democracia

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) inauguraram ontem o Jardim da Democracia, na sede da Corte. Entre os participantes, estavam a presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, e os demais magistrados. Decano do STF, o ministro Gilmar Mendes também esteve presente. "O plantio que nós vamos começar aqui é para que tenha raízes cada vez mais fortes. Não temos somente o nosso trabalho pela democracia, mas a certeza de que a sociedade brasileira pretende que essa democracia faça florescer os melhores frutos da justiça, da liberdade e da solidariedade para todas as pessoas", discursou Cármen Lúcia. Os ministros ajudaram a plantar mudas nativas do Cerrado.

Ministros reagem às derrotas e cobram Senado

José Cruz/Agência Brasil



Rui Costa disse que a PEC, "na prática, significa proteger criminosos"

» VICTOR CORREIA

Após as derrotas do governo com a aprovação da PEC da Blindagem e do requerimento de urgência para a anistia a golpistas, ministros vieram a público cobrar a Câmara, por causa do avanço dos textos, e pediram ao Senado que barre as iniciativas.

A insatisfação no Palácio do Planalto foi maior porque partidos que têm ministérios votaram em peso a favor das duas propostas. No caso da urgência para a anistia, por exemplo, integrantes do centro (União, PP, Republicanos, PSD e MDB) deram 58% dos votos favoráveis. Já na aprovação da PEC da Blindagem, até parlamentares do PT votaram a favor, contrariando o posicionamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Questionado ontem por jornalistas, o chefe do Executivo desviou: "Anistia é com o Congresso

Nacional", limitou-se a comentar, durante evento no Planalto.

A derrota, porém, foi atribuída à decisão de Lula de orientar contra a PEC da Blindagem, quebrando o acordo que estava sendo costurado por sua base com as legendas de centro — apoio à blindagem, em troca da derrubada da urgência para a anistia.

Nos bastidores, ministros tentaram articular contra as duas propostas, em esforço liderado pela ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann. A estratégia agora é apostar na reação popular contra a Câmara e que o Senado barre as medidas.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, foi questionado sobre o assunto, ontem, em evento em Fortaleza, mas evitou comentar a respeito do mérito da proposta. Disse apenas que a palavra final será do

Supremo Tribunal Federal (STF).

Outros integrantes da Esplanada usaram as redes sociais para disparar contra as decisões. A estratégia, no momento, é voltar a alimentar a insatisfação popular com o Congresso por aprovar matérias de interesse próprio, enquanto deixa de lado pautas como a isenção do Imposto de Renda.

"PEC da Blindagem e anistia não são prioridades do país! É um absurdo que o Congresso Nacional discuta anistiar quem comete crimes e criar mecanismos de blindagem para impedir que parlamentares sejam julgados", escreveu o ministro da Casa Civil, Rui Costa. "Na prática, significa proteger criminosos e abrir caminho para que pessoas ingressem na política com a intenção de cometer delitos. Acredito que a sociedade brasileira é amplamente contrária e espero, sinceramente, que

o Senado rejeite tais iniciativas."

Já o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, disse que a prioridade do Legislativo deveria ser matérias que beneficiam a população. "Não a equivocada PEC da Blindagem e o avanço de um projeto de anistia inconstitucional, que beneficia quem quis fechar o Parlamento", afirmou.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, também criticou a blindagem — sem citar a anistia — e defendeu que ela seja derrotada no Senado. "São necessários 49 votos de 81 no Senado para aprovar o texto. Se o MDB fechar questão contra, a chance de derrotar essa proposta aumenta muito", ressaltou.

Pouco depois, a bancada do partido no Senado anunciou ter fechado questão contra a matéria, o que foi comemorado também pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.